



Conab

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2012



Superintendência Regional do Espírito Santo

Maio de 2013

Agricultura e abastecimento em boa companhia.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO - SUREG-ES
Brício Alves dos Santos Júnior – Superintendente

PROCURADORIA REGIONAL – PRORE
Alexandre Henrique Nunes Obrelli - Procurador Regional

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD
Willians Lorencetti Mielki - Gerente

SETOR ADMINISTRATIVO DE DESENVOLVIMENTO E DE RECURSOS HUMANOS – SEADE
Altair Xavier de Brito – Encarregado

SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO - SECOF
Silas Barnabé Rodrigues - Encarregado

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE
João Marcos do Nascimento – Gerente

SETOR DE APOIO A LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA – SEGEO
Delcio da Costa Soares – Encarregado

SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS E DE ABASTECIMENTO – SEOPI
Sandra Laura Pinho da Silva - Encarregada

UA- CAMBURI
Júlio César Rodrigues - Gerente

UA – COLATINA
Auzenir das Graças Grillo Carvalho - Gerente

Coordenação: Márcia Teixeira da Silva / GEARE

Elaboração: Paulo Roberto de Luna e Silas Barnabé Rodrigues.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Superintendência Regional do Espírito Santo - Sureg-ES

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG ES

Vitória – 2013

Sumário

Lista de Abreviações e Siglas.....	4
Lista de Quadros.....	8
Introdução.....	9
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	11
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	13
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	18
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	18
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	20
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	23
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	23
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	23
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	23
3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	24
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	26
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	28
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	28
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	28
4.2.2. Venda em Balcão.....	28
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	29
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	31
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	32
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	32
5.2. Principais indicadores de desempenho.....	33
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	34
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	34
6.2. Classificação de Produtos Agrícolas.....	35
6.3- Principais indicadores de desempenho.....	36
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	37
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	37
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	40
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	40
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	41
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	43
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	43
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	44
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	44
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	46
10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil.....	46
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	47
11.1. Alocação de Servidores.....	47
11.2. Comunicação na Instituição.....	47
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	48
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	48
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	49

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	56
11.7. Previdência Complementar (Cíberius).....	57
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	58
12.1. Programas e Ações do PPA.....	58
12.2. Restos a Pagar.....	62
12.3. Demonstrações Contábeis	62
12.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	62
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	63
13.1. Controle Interno da UJ	63
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	64
13.3. Auditoria Interna.....	65
Resultados e Conclusões.....	73
ANEXO I	74

Lista de Abreviações e Siglas

AGF – Aquisição do Governo Federal
AUDIN – Auditoria Interna
BACEN – Banco Central
BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros
CAEAF – Compra Especial da Agricultura Familiar
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDA – Cadastro de Unidades Armazenadoras
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA - Centrais de Abastecimento
CFP – Companhia de Financiamento da Produção
CGU – Controladoria Geral da União
CIBRAZÉM – Companhia Brasileira de Armazenagem
CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social
CIEE – Centro Integrado Empresa Escola
CLT – Consolidação da Lei Trabalhista
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
COFIN – Coordenadoria Geral de Programação Financeira
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho de Administração da Conab
CPR – Cédula de Produto Rural
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DEST – Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
DERAL – Departamento de Economia Rural
DIFIN – Diretoria Financeira
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas e Modernização
DIRAD – Diretoria Administrativa
DN TCU – Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
EVTA – Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
FUNAI – Fundação nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Assistência a Saúde
GEARE – Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA – Gerência de Avaliação de Safras
GEBEM – Gerência de Benefícios, Segurança e medicina do Trabalho

GECAD – Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP – Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa
GEFIS – Gerência de Fiscalização de Estoques Governamentais
GEFOC – Gerência de Formação de Estoque
GEOPE – Gerência de Operações
GEOSE - Gerência de Operações e Suporte Estratégico
GEPES – Gerência de cadastro de Pessoal
GEROP – Gerência de Execução Operacional
GEVEP – Gerência de Avaliação e Vistoria de Estoques Privados
IAPAR – Instituto Agrônomo do Estado do Paraná
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Econômica
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPP – Índice de Preços Pagos
IPR – Índice de Preços Recebidos
ISS – Imposto Sobre Serviços
LOA – Lei Orçamentária Anual
LTN – Levantamento de Necessidade de Treinamento
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem
MAPA – Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MOC – Manual de Operações da Conab
MP _Ministério Público
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NOC – Normas da Organização da Conab
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
OIMA – Organização de Informações do Mercado Agrícola
OOB – Operações Oficiais de Crédito
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salários
PEC – Plano de Educação Corporativa
PEP – Prêmio de Escoamento de Produto
PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF – Política de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PLE – Preço de Liberação de Estoque
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PROGE – Procuradoria Geral
PROHORT – Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hotigrangeiro
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PRORE – Procuradoria Regional
REFAP – Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
SEAB/PR – Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEADE – Setor de Administração de Desenvolvimento e Recursos Humanos
SEC – Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab
SECOF - Setor Contábil e Financeiro
SEGEO – Setor de Apoio a Logística e Gestão da Oferta
SEOPI – Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF – Sistema de Cadastro de Fornecedores
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMEPAR – Sistema Meteorológico do Paraná
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPES – Sistema Integrado de Pessoal
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões
SPA – Secretaria de Política Agrícola
SPC – Secretaria de Previdência Complementar
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARM – Superintendência de Armazenagem
SUCON – Superintendência de Contabilidade
SUFIN – Superintendência de Finanças

SUFIS – Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF – Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF – Superintendência de Informação do Agronegócio
SUMAJ – Subprocuradoria de Material Judicial
SUMOC – Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE – Superintendência de Operações
SUPAB – Superintendência de Abastecimento
SUPOR – Superintendência de Programação Orçamentária e Avaliação
SUREG-ES – Superintendência Regional do Espírito Santo
SUREH – Superintendência de Recursos Humanos
TCU - Tribunal de Contas da União
UA – Unidade Armazenadora
UJ – Unidade Jurisdicionada
VEP – Valor de Escoamento de Produto

Lista de Quadros

Nº	ESPECIFICAÇÃO	Página
2.1	Relação de Armazéns no Espírito Santo que prestam serviços análogos a Conab	21
2.2	Principais clientes do setor público - armazenagem	22
2.3	Principais clientes do setor privado - armazenagem	22
3.1	Quantidades de recursos dispendidos por instrumento	26
3.2	Dez maiores operações na CPR-Doação	26
3.3	Dez maiores operações na CPR-Estoque	26
4.1	Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público	28
4.2	Dez maiores operações de Venda em Balcão	29
4.3	Demonstrativo de Comercialização de VEP	30
4.4	Dez maiores operações de VEP	31
4.5	Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques	31
5.1	Demonstrativo dos Mercados Hortigrangeiros - Ceasas	33
5.2	Comercialização realizadas nos Mercados Hortigrangeiros	33
6.1	Resultado dos Serviços de Armazenagem	34
6.2	Demonstrativos da Operações no Posto de Classificação de Vitória	35
6.3	Faturamento do Posto de Classificação de Vitória	35
7.1	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	37
7.2	Posição dos Estoques Públicos Armazenados nas Unidades Próprias	37
7.3	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	38
7.4	Previsão de Investimento para Certificação no Espírito Santo	39
11.1	Capacitação dos Empregados da SUREG-ES	48
11.2	Força de Trabalho da UJ- Situação apurada em 31/12	49
11.3	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	50
11.4	Estrutura de cargo em comissão e funções gratificadas da UJ	51
11.5	Quantidades de servidores da UJ por faixa etária	51
11.6	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	52
11.7	Composição do Quadro de Estagiários	52
11.8	Quadro de custo de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	53
11.9	Encargos Sociais da Regional do Espírito Santo	53
11.10	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	54
11.11	Contratos de Prestação de Serviço com locação de mão-de-obra	55
12.1	Ações orçamentárias da UJ	58
12.2	Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	60
12.3	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	62
12.4	Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	62
12.5	Balanço Patrimonial	74
12.6	Demonstração dos Fluxos de Caixa	76
12.7	Demonstração do Resultado do Exercício	77
12.8	Demonstração do Valor Adicionado	78
12.9	Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido	80
13.1	Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	63
13.2	Descrição das Categorias	70
Lista de Gráficos e Tabelas		
Gráfico 1	Percentual das Recomendações por Ação da Auditoria	69
Tabela 1	Relatórios de Auditoria do Exercício 2012	69
Gráfico 2	Quantidade de Recomendações por Tipo	71
Gráfico 3	Quantidade de Recomendações por Categoria	71
Gráfico 4	Recomendações por Subcategorias	72

Introdução

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Espírito Santo, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-ES para o exercício de 2012, decorreram da baixa qualificação de mão-de-obra, face a pouca formação de grau de instrução e em decorrência da elevada faixa de idade média havendo pouco interesse no aperfeiçoamento cultural e motivador para o trabalho, aliado ao tempo de serviço na Empresa, que em média é de 30 a 35 anos. Na parte orçamentária e nas despesas com diárias, impostos, os problemas são recorrentes face a escassez crônica de recursos.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
1.2	Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento	Não realizado no exercício
3. Sustentação de Renda		
3.2	3.2.2 -Contratos de Opção de venda	Não realizado no exercício
	3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)	Não realizado no exercício
	3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO	Não realizado no exercício
4. Promoção do Abastecimento		
4.1	Venda em Leilão Público	A Regional não realiza vendas em leilão público.
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Regional não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
	Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados	Na UJ não há armazem contratado
7.2	Perdas, desvios, ocorrências, divergências	Nas Unidades da Conab no ES não houve registros.
10. Geração e Difusão de Informações		
10.1	Análise do Projeto Siga Brasil	Na UJ não houve trabalho de mapeamento.
11. Gestão de Pessoas		

Descrição		Justificativa
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
11.7	Previdência Complementar (CIBRIUS) Resultado Financeiro, Aplicações e Análise	Apresentado somente na Matriz.
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de transferências Recebidas	A UJ não realizou convênios, repasses e parcerias.
12.4	Transferência mediante Convênio	A UJ não realizou convênio.
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada no Relatório da Matriz

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB - (2114) Superintendência Regional do Espírito Santo - SUREG/ES- (087224)			
Denominação abreviada: CONAB/SUREG-ES			
Código SIORG: 087224	Código LOA: Não se aplica, não é UO		Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal		CNPJ: 26.461.699/0001-80	
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 8411-6-00
Telefones/Fax de contato:	(27) 3041.4005	(27) 3041.4009	(27) 3041.4027
Endereço Eletrônico: es.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Princesa Isabel, 629 salão 702, Centro – Vitória /ES CEP: 29.010-904			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Superintendência Regional do Espírito Santo – Sureg-ES é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD n.º 001, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 76.ª Reunião Ordinária realizada em 05/01/1999, no uso da competência que lhe confere o Art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art. 3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Social - aprovado em 19/12/1991 e última alteração em 24/03/2008. Regimento Interno versão aprovada em 21/11/2009.			

Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab – MOC		
Normas da Organização – NOC		
Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis		
CARGO	NOME	PERÍODO DE GESTÃO
SUPERINTENDENTE		
Titular	Brício Alves dos Santos Júnior	Desde: 01/03/2009
Substituto	Paulo Roberto de Luna	Desde: 10/12/2001 até 01/11/2012
Substituto	Walter Sodré	Desde: 01/11/2012
PROCURADOR		
Titular	Alexandre Henrique Nunes Obrelli	Desde: 02/04/2007
Substituto	Telma Lúcia Nunes	Desde: 10/05/2011
GERENTE GEOSE		
Titular	João Marcos do Nascimento	Desde: 31/10/2011
Substituto	Pedro Antônio Medalane Cravinho	Desde: 31/10/2011 até 01/11/2012
Substituto	Paulo Roberto de Luna	Desde: 01/11/2012
GERENTE GEFAD		
Titular	Willians Lorencett Mielki	Desde: 19/04/2011
Substituto	Silas Barnabé Rodrigues	Desde: 16/04/2003
GERENTE UA CAMBURI		
Titular	Júlio César Rodrigues	Desde: 12/05/2008
Substituto	Nelci Benedito da Conceição	Desde: 12/04/2012
GERENTE UA COLATINA		
Titular	Auzenir das Graças Grillo Carvalho	Desde: 08/07/2010
Substituto	Ivanete Melotti do Nascimento	Desde: 23/04/2012
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135458	CONAB/SEDE/SUREG	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
135481	Unidade Armazenadora Camburi	
135465	Unidade Armazenadora Colatina	
135441	Mercado de Opção/Espírito Santo	
135311	Unidade Estoque Estratégico / ES	
135312	Núcleo Estoque Regulador/ES - PGPM	
135559	Unidade CONAB PAA Espírito Santo	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135458	22211
135481	
135465	
135441	
135311	
135312	
135559	

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico;

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi

proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

Macroprocesso de Sustentação de Renda

O Estado do Espírito Santo tem como característica de Estado Consumidor, dessa forma, não há excedentes para aquisições de grãos via AGF, PEP, Mercado de Opção, PEPRO. As operações de aquisição estão ligadas ao PAA por intermédio da Compras com Doação Simultânea, que é feita a proposta pela Internet pelos proponentes e acompanhada pela Conab.

Salienta-se que apenas a cultura do café neste Estado poderá sofrer intervenção Governamental em caso da situação de mercado for desfavorável ao produtor rural, em função de ser a principal cultura agrícola do Estado e está amparada na Política de Garantia de Preços Mínimos.

A situação crítica observada, está ligada ao PAA quando da formalização do processo face ao número crescente de propostas versus número de empregados lotado no setor, cuja solução estará sendo providenciada com a chamada dos empregados cedidos a outros Órgãos Federais no Estado.

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Na Regional do Espírito Santo são realizadas as vendas de milho na modalidade balcão, cujos procedimentos estão pautados nas Normas de Organização - NOC e Manual de Operações da Conab MOC, por intermédio do preenchimento de ficha cadastral que geralmente é endossada pelo Sindicato Rural ou INCAPER para confirmação do plantel. Em seguida a Conab estipula o quantitativo de venda por mês com base no plantel, que após o pedido feito pelo criador é conferido e emitido uma GRU para pagamento e posterior retirada do produto no Armazém. Os preços fixados para venda são com base na oferta em leilão de produtos posto no Espírito Santo (quando há leilão da Conab), ou o preço no atacado posto no Estado.

Estas operações são fiscalizadas in loco por amostragem ao longo do ano.

Outra modalidade é o VEP, cuja subvenção é paga aos adquirentes a participam das compras em Bolsa de Mercadorias e comprovam com documentação a entrada do produto no Estado. Neste caso os clientes são visitados para comprovação do plantel e do consumo.

Em ambas as modalidades (venda balcão e VEP) o milho geralmente é removido dos Estados produtores, principalmente, de Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e descarregado nos Armazéns da Conab em Colatina e no final de 2012, também, em Vitória.

A partir do mês de junho de 2012 através da Portaria Interministerial Nº 601, de 29/06/2012, foi autorizada a venda subsidiada de milho para os Municípios abrangidos pela SUDENE, com preços praticado de R\$ 18,12, R\$ 21,00 e R\$ 24,60, dependendo do plantel. Com isso, o cadastro atualizado que era de 500 clientes passou para 6.000 cadastros e conseqüentemente, dificultou o atendimento em decorrência de remoção do produto além, do volume de trabalho para os empregados envolvidos.

Nota-se, ainda, que estas vendas foram feitas paralelamente a venda balcão tradicional e a preço de mercado (R\$34,20), para os clientes abaixo do Rio Doce e na região da SUDENE, com preços bem inferiores, conforme descrito acima, motivo pelo qual nos causa preocupação com possíveis irregularidades por parte de quem está comprando o milho.

Sugerimos que antes de se criar uma Portaria Interministerial deveria haver uma análise técnica específica para cada Estado da Federação.

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

A Regional do Espírito Santo, apenas recebe os produtos alimentícios que compõe as cestas básicas adquiridas com recursos do MDS que repassa para a Matriz para compra em leilão e transferências de produtos adquiridos do PAA de outros Estados da Federação.

Assim, após recebido os produtos no Armazém UA-Camburi são feitos os procedimentos de verificação da qualidade e quantidade e colhida amostras para análise laboratorial.

As cestas básicas são entregues para a Comunidade de Terreiros, Quilombolas, Indígenas e Acampados da Reforma Agrária

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Na Unidade Regional do Espírito Santo há prestação de serviço de armazenagem nas Unidades UA Colatina, no Município de Colatina, na UA-Camburi no Município de Vitória e no Posto de Classificação de Vitória que está localizada na UA-Camburi.

Apenas na UA Camburi e no Posto de Classificação são prestados serviços a terceiros, na UA de Colatina os estoques são Governamentais, principalmente, milho destinado à venda em balcão, não havendo portanto, cobrança de armazenagem.

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

Neste macroprocesso, a Regional do Espírito Santo executa todos os procedimentos de recepção e expedição de produtos governamentais, realiza o controle de qualidade e a fiscalização dos estoques armazenados, classifica os produtos adquiridos e transferidos para UA Camburi que compõe as cestas básicas para doação (arroz e feijão) e toda a remoção de milho no destino com vistas a venda em balcão para as Unidades de Colatina e de Vitória.

Observação, no Estado do Espírito Santo a Conab não tem armazém contratado, utiliza-se apenas de Unidades Próprias e administrada pela Regional.

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

A Superintendência Regional do Espírito Santo no macroprocesso de geração e disseminação de informações e de conhecimentos tem como atribuições o levantamento de safra de café, cana-de-açúcar e de grãos, o acompanhamento de preços agrícolas no atacado, recebidos e pagos pelos produtores, para lançamento no banco de dados da CONAB no SIAGRO.

Quando demandado pela Matriz, levantamento de custo de produção e sua atualização, elaboração de conjunturas de mercado, notas técnicas para demanda de milho, para alterações de procedimentos em operações em andamento.

Fiscalização e controle dos programas de subvenção adotados no Estado.

Levantamento de estoque privado de café.

Cadastramento de Empresas no SICAF e manutenção dos arquivos.

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de

acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cíbrus. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

Comportamento do mercado agrícola

No Estado do Espírito Santo os produtos amparados pela PGPM destacam-se o café cujo Estado é o segundo maior produtor nacional, o alho, o arroz, a borracha natural, o feijão, o leite, o milho e a mandioca.

Salienta-se, entretanto, que os produtos: alho, borracha natural e o leite (em pó) embora amparados pela PGPM as operações são específicas para Empréstimo do Governo Federal – EGF, cuja atuação é feita diretamente entre os Agentes Financeiros por meio de normas do Banco Central e o Manual de Operações da Conab.

Situação da cultura e mercado em 2012:

ARROZ EM CASCA – Com uma área plantada para a safra 2011/2012 de apenas 1.000 ha e uma produção de 2.700 toneladas esta cultura é apenas para subsistência não havendo a necessidade de intervenção pela Conab. O preço médio recebido pelo produtor em 2012 foi R\$ 43,62 a saca de 50 kg, para um Preço Mínimo de Garantia de R\$ 30,96 a saca de 50 kg.

CAFÉ – Sendo a principal produto do agronegócio do Estado e amparado pela PGPM a área em produção de café em 2012 correspondeu a 450.128 ha e uma produção de 12.502,0 milhões de sacas de 60 kg, sendo 2.789,0 milhões de sacas de café arábica e 9.713,0 milhões de sacas de café conilon respectivamente. O preço médio recebido pelo produtor em 2012 para o café arábica foi R\$ 311,55 e para o café conilon R\$ 258,80 a saca de 60 kg e o Preço Mínimo de Garantia para o café arábica R\$ 261,69 e para o conilon R\$ 156,57 a saca de 60 kg, não sendo necessária a intervenção do Governo.

FEIJÃO 1ª e 2ª SAFRAS – Totalizaram em 2012 o plantio de 18.300 ha e uma produção de 14.700 toneladas, que da mesma forma, serve apenas para a subsistência e comércio local, não havendo a necessidade de intervenção pela Conab neste Estado. O preço médio recebido pelo produtor em 2012 para o feijão cor carioquinha foi R\$ 166,42 e para o feijão preto R\$ 141,82 a saca de 60 kg e o Preço Mínimo de Garantia foi R\$ 72,00 a saca de 60 kg e para compra da Agricultura Familiar R\$ 82,20.

MANDIOCA – Com uma área colhida em 2012 de 10.548 ha e uma produção de 197.735 toneladas, esta cultura também é para subsistência e comércio local, não havendo a necessidade de intervenção pela Conab neste Estado. O preço médio recebido pelo produtor em 2012 para a tonelada da raiz de mandioca foi R\$ 178,20 e o Preço Mínimo de Garantia de R\$ 134,10 a tonelada. Nota-se, entretanto, a operação realizada pela Conab em caso de intervenção é com a farinha de mandioca ou fécula de mandioca cujos Preços Mínimos são respectivamente de R\$ 28,55 a saca de 50 kg e R\$ 0,73 o kg, bem abaixo do mercado.

MILHO – Com uma área plantada para safra 2011/2012 de apenas 31.500 ha e uma produção de 76.500 toneladas, desse total 70 % se destina para consumo na propriedade e apenas 30 % para o comércio. Salienta-se, ainda, que o estado do Espírito Santo tem um déficit para atendimento ao

segmento avícola, suinícola na ordem de 600.000 toneladas anual de milho. Assim, a Conab atua no abastecimento com o produto procedente de outras Unidades da Federação, através dos Programas de Subvenção (PEP, VEP, PEPRO) e remoção para a Venda em balcão. O preço médio recebido pelo produtor em 2012 foi R\$ 31,72 a saca de 60 kg e o Preço Mínimo de Garantia de R\$ 17,46.

Estratégia de atuação da empresa

A Superintendência Regional da Conab no estado do Espírito Santo está diretamente ligada as diretrizes traçadas pela Direção da Companhia e desenvolvendo suas ações naquilo que o Estado tem para atendimento aos produtores agrícolas, criadores de aves, suínos, bovinocultores, pescadores e acima de tudo no abastecimento alimentício humano e animal, conforme é característica deste Estado.

O Estado por concentrar nos seus Municípios pequenos produtores da agricultura familiar tem nos últimos anos proporcionado geração de renda com as operações de compra de produtos com doação simultânea e paralelamente fazendo chegar o alimento as famílias em condições de de risco alimentar.

Da mesma forma, o abastecimento de milho aos pequenos criadores tem proporcionado a permanência destes clientes no ramo de criação de animais e geração de renda no Município, com a remoção de milho das regiões produtoras de outros estados da federação.

Para o seguimento de grandes criadores de aves e suínos e fábrica de ração que tem o milho a sua principal fonte de alimento e dependem de políticas Governamentais de subvenção e principalmente, de grandes ofertas deste insumo, ficam sujeitos as condições de mercado e consequentemente as vendas públicas em leilão.

Visando dar continuidade ao abastecimento de milho no Estado são feitas programações anuais para a remoção do produto cujos riscos estão principalmente na oferta destes nas regiões produtoras, e em seguida na contratação de braçagem para os serviços de recebimento, ensaque, empilhamento e entrega do produto, cujos serviços já estão sendo realizados nos Município de Colatina e de Vitória. Este fato deve-se a determinação da Procuradoria Geral da Companhia e recomendação da Controladoria Geral da União para realizar licitações para contratação de braçagem para operação nas Unidades Armazenadoras administradas pela Conab em 2012.

Outra medida que está sendo tratada nas esferas Municipal, Estadual e Federal é a ampliação da rede armazenamento de milho no Estado com a implantação de silos graneleiros para 50.000 toneladas (podendo chegar a 100 mil toneladas), cujo objetivo é a garantia de abastecimento o Espírito Santo via ferrea bem como, abrir espaço físico nos armazéns localizados nos Estados produtores em época de colheita e o abastecimento via cabotagem para os demais Estados litorâneos.

Tal empreendimento está amparado no PPA 2011/2015 – Projeto CONAB.R4.P1 – Ampliação da Capacidade Estática da Rede de Armazenagem Própria, cujo processo está adiantado na fase de contratação de empresa para elaboração de estudo de viabilidade técnica e ambiental – EVTA, via pregão eletrônico. Já o Governo Estadual, encontra-se com a formulação de Decreto para doação da área no Município de Viana/ES para instalação dos silos.

O SPU/ES liberou no final de dezembro de 2012, para a CONAB o Armazém do extinto IBC no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, conforme planejado a vários anos. Entretanto, há necessidade de realização de obra no local para recebimento de milho destinado a venda em balcão, criação jurídica, estruturação de bens móveis e de pessoal, cujo orçamento para execução depende da Matriz a partir de 2013.

Contratação de bens e serviços

Na Regional do Espírito Santo não há contrato de serviço de armazenagem em Armazéns de terceiros, entretanto, foram contratados os serviços de braçagem em atendimento a solicitação do CGU para atuar nas Unidades Próprias da CONAB, via Pregão Eletrônico.

Foi contratado Empresa de Locação de Veículos via pregão eletrônico, cujos serviços são pagos apenas, quando solicitado.

Contratado através de compras-net a locação de máquina copiadora/impressora e demais produtos de consumo da Regional.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

Neste exercício verificou-se que as operações de venda em balcão de milho sofreram acréscimos significativos em decorrência de uma Portaria Interministerial Nº 601, de 29/06/2012, foi autorizada a venda subsidiada de milho, a partir de junho de 2012, para os Municípios abrangidos pela SUDENE, com preços praticado de R\$ 18,12, R\$ 21,00 e R\$ 24,60, dependendo do plantel. Com isso, o cadastro que era de 500 clientes atualizados passou para 6.000 cadastros e conseqüentemente, dificultou o atendimento em decorrência de remoção do produto além, do volume de trabalho para os empregados envolvidos.

Estas vendas atendem apenas a 28 Municípios a cima do Rio Doce, nos demais Municípios as vendas em balcão permanecem as tradicionais com preços de mercado R\$ 34,20 em média. Dessa forma, poderá alguém se aproveitar dos baixos preços fixados e comercializar o produto paralelamente. Para evitar, intensificaram-se as fiscalizações, mas devido o acréscimo de cadastros torna quase impossível acompanhar 100% as operações.

Sugeriu-se para este exercício a suspensão dessa venda subsidiada, considerando que os problemas ocorridos no Nordeste (seca) não ocorreu na mesma intensidade no Espírito Santo, e para os próximos, que se faça uma análise mais técnica por parte do Governo Federal antes da emissão de Portaria Interministerial.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

A Regional da CONAB no Espírito Santo diferentemente dos Estado produtores de grãos que no ano safra compra, recebe, vende e remove produtos e paralelamente, existe outros armazéns privados que compete com a Companhia. Assim, neste Estado não há excedente de produção de grãos (todos produzidos são para subsistência), com exceção para o café cujos Armazéns do extinto IBC são estratégicos, pois serve para em caso de oscilação de mercado receber o produto sem que tenhamos que contratar armazéns particulares.

Nossas Unidades estão voltadas para o social com atendimento a programas institucionais de sustentação alimentar e para abastecimento de milho para os programas de venda balcão.

A demanda por armazenagem fica restrita a empresas particulares e do governo estadual com serviços de armazéns gerais, principalmente, em Vitória/ES.

Nesta Regional não há comercialização as comercializações dos estoques públicos e de

terceiros são concentrados na Matriz na Gerência de Execução Operacional – GEROP subordinada a SUOPE Superintendência de Operações Comerciais – SUOPE ligada a Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB.

Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab

a) Armazenagem

No estado do Espírito Santo estão cadastrados 241 armazéns, incluindo particulares, armazéns gerais, principalmente, para armazenamento de café e armazéns portuários.

Para ilustração vide quadro a seguir de empresas que prestam serviços análogos ao da CONAB no Espírito Santo.

Quadro 2.1 – Relação de Armazéns no Espírito Santo que prestam serviços análogos a Conab.

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (ton)
CIA VALE DO RIO DOCE	33592510002106	248.840
ADM DO BRASIL LTDA	02003402000175	203.060
BUNGE ALIMENTOS S/A	84046101015034	124.420
CODESA-CIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO	27316538000166	69.810
MULTIGRAIN ARMAZENS GERAIS S/A	04715431000276	62.210
ADM ARMAZENS GERAIS LTDA	36320794000118	44.830
TECN GRAOS ARMAZENS DE VITORIA SA	39618285000164	39.150
TRISCAFE DE ARMS GERAIS LTDA	28134443000607	34.940
COIMEX ARMS GERAIS S/A	31769763000206	27.410
RHODES S/A	32475436000204	20.970

Fonte: Conab/Suarm/Gearm

b) Comercialização

Na Regional do Espírito Santo não é feita comercialização, conforme especificado acima.

c) Classificação

Relativamente a classificação no Estado além da CONAB que é credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, existe a Empresa Nikkey Controle de Pragas e Serviços técnicos que atendem especificamente a Superintendência Regional da Agricultura/ES, verificando a entrada de mercadorias via Porto para classificação de soja, trigo, cevada entre outros.

Já a classificação pela CONAB está vinculada aos produtos governamentais para composição de cestas e de classificação e degustação de café quando há demanda de terceiros, ou operações da Companhia.

Produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, comercialização de produtos agrícolas dos estoques públicos, produtos de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, etc.)

As receitas obtidas pela Regional do Espírito Santo em 2012 referem-se apenas a cobrança de armazenagem de produtos de terceiros que totalizou R\$ 419.536,95 correspondendo a 99,99% do total da receita no exercício (R\$419.558,35), sendo apenas R\$ 21,40 a receita da classificação de produtos, correspondendo 0,01 %.

A receita de armazenagem teve um acréscimo de 90 % em relação a 2011 (R\$ 220.037,14), devido, principalmente, de novos contratos realizados.

Relativamente a classificação obtivemos apenas uma classificação de arroz para terceiros. Já em 2011 obtivemos uma receita de classificação de R\$ 2.537,50 para café e de R\$ 161,10 para feijão. Esta diferença está aliada a procura pelo serviço, que em 2011 as operações da conab com café possibilitou esta cobrança. Já em 2012 o mercado foi favorável ao produtor não havendo demanda para tal.

Principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações

Quadro 2.2 - Principais clientes do setor público – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Peso Movimentação kg	Valor Movimentação R\$
26.461.699/0360-29	Cia Nac de Abastecimento - C Opção	14.610.050	13.096.840,22
26.461.699/0231-21	Cia Nac de Abastecimento - PGPM	13.677.299.605	7.676.086,43

Fonte: Conab/Suarm/Gearm

Quadro 2.3 - Principais clientes do setor privado – armazenagem

CNPJ	Razão Social	Produto	Quantidade(t)	Valor (R\$)
04.223.162/0001-40	Katres Comercial Ltda	Fio Poliester	360 cx	90.077,58
09.316.105/0001-29	Friovix Com. De Refrig. Ltda	Ar condicionado	14.243 cx	10.108.099,53
10.646.398/0002-72	TCR – Distribuidora Ltda	Ar condicionado	12.596 cx	2.568.486,80
10.646.398/0001-91	TCR – Distribuidora Ltda	Ar condicionado	1.866 cx	72.190,08
08.824.417/0005-70	JCM Niteroi Refrirede Ltda	Ar condicionado	3.958 cx	1.795.763,61

Fonte: Conab/Suarm/Gearm

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

No item 2.1 acima Análise sobre Ambiente de Gestão no subitem **análise do mercado agrícola** já foi mencionado que no Estado do Espírito Santo não há excedentes de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos e os mesmos estão com preços de mercado acima do preço mínimo.

Destaca-se como relevante a cultura do café por ser o segundo maior produtor nacional e o primeiro em café conilon. Mas, conforme o comportamento do mercado internacional os preços praticados estão acima do preço mínimo de garantia do governo.

Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Em caso de intervir no mercado, primeiro temos que comunicar a Matriz até o dia 20 de cada mês, para que seja feita uma programação orçamentária para o mês subsequente, com a participação do Ministério da Fazenda (STN e SPE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Caso seja aprovado, é definido os meios de Operação (AGF, PEP, Contrato de Opção), dependendo da política a ser utilizada pelo Governo Federal, a Regional não decide apenas executa.

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Esta operação não foi realizada no Estado do Espírito Santo.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Para a Regional do Espírito Santo foram adquiridas através de pregão eletrônico na Matriz com recurso da PGPM, **450.000 sacos de polipropileno de 100g, no valor de R\$ 429.669,00**, para acondicionamento em saca de 60 kg todo o milho proveniente de remoção, destinado a venda em balcão.

Subvenção da Cana-de-açúcar

Através da Portaria Interministerial Nº 777, de 21/08/2012 foi concedido subvenção aos produtores de cana-de-açúcar para Região da Sudene no Espírito Santo e Norte do Rio de Janeiro e na Portaria Interministerial Nº 906-A, de 05/10/2012 teve a subvenção abrangida para todo o Estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Esta operação ficou limitada a até 10 toneladas de cana-de-açúcar e o valor de R\$ 50.000,00 por produtor.

Os produtores através das cooperativas e sindicatos apresentaram a documentação exigida na Superintendência Regional no Espírito Santo para o recebimento da subvenção que totalizou 1.400 beneficiários com uma produção de 1.123.981,2 toneladas de cana-de-açúcar e subvenção paga de R\$ 5.619.906,06.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Sugof, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

A Regional do estado do Espírito Santo, realizou em 2012 aquisição de produtos do PAA por intermédio de Compras com Doação Simultânea- CPR-Doação, com recursos do MDS, totalizando R\$ 10.350.776,88.

Esta operação foi realizada em 32 (trinta e dois) Municípios do Estado, atendidos 2.414 produtores, com um quantitativo de 7.359.410 kg de diversos produtos para serem entregues as entidades beneficiadas.

Também, no exercício foram adquiridas por intermédio de CPR-Estoque, com recurso do MDS no total de R\$ 263.000,00 na compra de 47.000 kg de poupa de fruta e de tilápia, para o atendimento de 02 (dois) Municípios e 39 (trinta e nove) produtores da agricultura familiar

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

No Estado do Espírito Santo as operações do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem atuado apenas para compra de alimentos para doação CPR Doação e CPR Estoque, com recursos do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social.

Nota-se que as operações de **Compra Direta** não são feitas no Estado em decorrência que não há produção excedente dos produtos amparados (feijão, farinha, leite em pó, açúcar, milho, etc.).

Considerando crescente nos últimos anos o volume de propostas e conseqüentemente, a quantidade de produtos a serem doados e as limitações de entidades beneficentes consumidoras para absorver a produção doada, incluímos como participante o SESC/MESA BRASIL, que tem na Grande Vitória e Municípios entidades cadastradas e famílias em risco alimentar, para o recebimento das doações.

Por intermédio da Portaria Presi/Nº 1367, de 12/12/2011 a Regional do Espírito Santo criou em 22/02/2012 o GAPAA – Grupo de Acompanhamento e Controle Social das Ações do Programa de Aquisição de Alimentos. Fazem parte do Grupo técnicos nomeados por Entidades Públicas e da Sociedade Civil Organizada, com objetivo de divulgar, acolher denúncias, monitorar as aplicações de recursos entre outros.

As fiscalizações por técnicos da Companhia, são feitas junto aos produtores, associações e beneficiários para ver o andamento das operações. Nota-se que as propostas quando elaboradas e homologadas elas tem um prazo de 01 (um) ano com entregas semanais e prestação de contas mensais, de modo que pelo volume de propostas não tem como acompanhar todas in loco.

Os fatores de riscos para os próximos exercícios é a exigência feita na elaboração das propostas que 40 % dos participantes sejam do sexo feminino e que a maioria dos produtores cadastrados na receita estadual com bloco de notas fiscais são em nome do marido e não das esposas, dessa forma poderá haver uma redução significativa nas operações futuras do PAA, até que este assunto seja solucionado.

Resultado financeiro geral

As operações do PAA são de cunho social pois no estado do Espírito Santo as propriedades rurais 80 % são de agricultores familiares com diversificação de produção de modo que a renda gerada fica no Município promovendo o desenvolvimento local. Observa-se, também, que este fato incentiva os filhos dos agricultores permanecerem na região produtora evitando o êxodo rural.

Quadro 3.1 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS	0		
	MDA	0		
CPR Doação	MDS	diversos	7.359.410	10.350.776,88
	MDA			
CPR Estoque	MDS	poupa fruta e tilápia	47.000	263.000,00
	MDA			
Total MDS			7.406.410	10.613.776,88
Total MDA				
Total Geral			7.406.410	10.613.776,88

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.2 – Dez maiores operações na CPR-Doação

Origem do Recurso	UF	CNPJ	Associação	Valor (R\$)
MDS	ES	04.877.943/0001-58	APAGEES - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES	405.703,87
MDS	ES	15.029.106/0001-95	APARLI - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES	365.159,44
MDS	ES	31.797.186/0001-85	APARCA - ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	298.763,00
MDS	ES	31.789.092/0001-64	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E ASSENTADOS	296.985,57
MDS	ES	10.721.965/0001-27	CENTRAL DE ASSOCIAÇÃO RIONOVENCE	294.256,20
MDS	ES	05.166.034/0001-74	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	287.705,11
MDS	ES	08.182.070/0001-10	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES	283.825,01
MDS	ES	04.989.195/0001-03	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS	278.182,48
MDS	ES	14.088.179/0001-95	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIAR DO I	263.997,40
MDS	ES	12.998.687/0001-85	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE I	254.687,00

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 3.3 - Dez maiores operações na CPR-Estoque

ORIGEM DO RECURSO	UF	CNPJ	PROponente	PRODUTO	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDS	ES	05.642.134/0001-20	COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE COLATINA	POLPA DE GOIABA	200.000,00
MDS	ES	06.279.959/0001-94	ASSOCIAÇÃO CAPIXABA DE AQUICULTORES - ACA	PEIXE	63.000,00

Fonte: Dipai/Supaf

3.3. Principais indicadores de desempenho

Os indicadores relativos a PEP, PEPRO não estão relacionados por não ter havido operações nesta Regional.

Relativo as operações do PAA estão a seguir discriminados:

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	3,3	6,5	2,7
Análise do Resultado: Autorização da Matriz após envio de nota técnica justificando tais operações.			

Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	82,4	100	100
Análise do Resultado: Interrupção para treinamento na Matriz de nova metodologia na fiscalização prosseguimento em 2013.			

Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	41	33,3	23,1
Análise do Resultado: Crécimento em decorrência de estruturação das Associações e divulgação do PAA			

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	21,2	16	13
Análise do Resultado: Foi dado prioridade em cumprimento as orientações do Grupo Gestor e a partir de 2013, é obrigatório 40 %.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

No estado do Espírito Santo não houve intervenção no mercado e conseqüentemente, não houve venda por parte da Regional. As registradas são de outros Estados da Federação para atendimento ao abastecimento neste Estado, conforme especificado nos itens a seguir.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

Para o Estado do Espírito Santo por ser um estado consumidor, as vendas realizadas em Bolsa de Mercadorias com estoque de milho de outras Unidades da Federação, são direcionadas para os criadores que comprovam junto a Regional a documentação exigida no regulamento e no aviso de venda.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.1 – Dez maiores operações de Vendas em Leilão Público

CNPJ / CPF	Arrematante	Produto	Q uantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
31804115000243	CEREAIS DO NICO LTDA.	FEIJÃO	2347	2085490,37
7031371000180	GUARATIBA IND. E COM. DE CE	FEIJÃO	496	309751,82
13214095000198	D. ANA DISTRIBUIDORA DE ALI	FEIJÃO	295	245519,55
12986579000192	LOUREIRO DISTRIBUIDORA DE	FEIJÃO	32	24576,00
52690849704	LEANDRO ZORZAL	GRÃOS A	160	41872,00
11269994743	HELDER DE AQUINO FALQUET	GRÃOS A	106	27740,20
328230707	EDUARDO ZORZAL	GRÃOS A	74	19365,80
42053994720	MAXIMO FALCHET TO	GRÃOS A	74	19365,80
48892394720	ANTONIO ALDO CALIMAN	GRÃOS A	37	9682,90
84432470704	JOAO DE AZEREDO REBULI	GRÃOS A	37	9682,90
TOTAL			3.658	2793047,34

irab/Suope

NOTA: Venda via leilão público realizado na Matriz para atendimento ao ES.

4.2.2. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No Estado do Espírito Santo foram vendidas 11.033 toneladas de milho em saca de 60 kg, tendo obtido uma receita de R\$ 4.243.547,97 e atendidos 5.780 clientes cadastrados.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

As vendas de milho em balcão no estado do Espírito Santo está consolidado, principalmente, para os pequenos criadores, que não tem a possibilidade de adquirir milho via bolsa de mercadorias nos leilões da Conab, face as quantidades que atenda ao seu plantel. No mercado os preços de milho inviabilizam sua atividades.

Conforme descrito no macroprocesso de promoção do abastecimento e no fatores de risco, as vendas em balcão de milho subsidiada proporcionou problemas de recepção de milho na UA Colatina que embora estando com a remoção de milho do Estado de Mato Grosso em andamento, as demandas por milho em função do número crescente de cadastro não davam conta de atendimento a todos os clientes.

Para o próximo exercício sugere-se que haja apenas a venda em balcão tradicional com preços de mercado, conforme normativos em vigor.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.2 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	Silvestre F. Coutinho	Milho	70	30.378,00
2	Edezio Agrizzi	Milho	70	31.798,80
3	Admar Laurindo	Milho	69	32.601,00
4	José Xavier da Rocha	Milho	69	34.170,00
5	Francisco D. Perin	Milho	65	31.605,60
6	Mauro Ceolin	Milho	54	26.340,00
7	Ary Bortolini	Milho	43	16.818,00
8	Antonio Luiz Prando	Milho	33	14.112,00
9	Angelo A. Coutinho	Milho	30	11.652,00
10	Emerson Soares	Milho	22	8.430,00
Total			523	207.527,40

Fonte: Dirab/Supab

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Subvenção econômica paga a um consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para uma região de consumo estabelecida em edital.

Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 4.3 – Demonstrativo de Comercialização de VEP

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		UF Destino	Valor do Bonus c/ ICMS (R\$)
		Ofertada	Negociada		
MILHO	GO	284	252	ES	8.870,40
MILHO	MT	235505	178.517	ES	29.096.163,88
Total		235.789	178.769		29.105.034,28

Fonte: Dirab/Suope

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O Governo Federal no exercício de 2012 realizou vários leilões de milho para atendimento aos criadores de aves, suínos, bovinocultores e indústria de ração para atendimento aos Estados do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Entretanto, embora tendo sido realizadas ofertas de milho ao longo do ano, para este Estado, só houve demanda no final do exercício(outubro), tendo sido negociado 178.769 toneladas e pago bonus de R\$ 29.105.034,28. Isto porque, o bônus concedidos pelo Governo Federal foram baixos se comparado com o nordeste, inviabilizando, dessa forma, a compra de maior quantidade de milho como ocorrido no passado.

Em 2012 não houve insucessos na execução do programa de subvenção e quanto aos fatores de riscos, este é ínfimo tendo em vista que os adquirentes já são clientes muito antigos e na sua maioria cadastrado na Associação dos Avicultores e dos Suínocultores do Espírito Santo, cujo plantel é confirmado via declaração junto com os documentos comprobatórios e quando surgem novos clientes, são feitas visitas in loco para constatar se o plantel está compatível com o volume de milho adquirido.

Dez maiores operações na modalidade

Quadro 4.4 – Dez maiores operações de VEP

Ordem	CNPJ / CPF	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	27942085000426	COOPERATIVA AGROPECUÁRIA CENTRO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	175.300,00
2º	74905562791	CRISTOVAO BRUNORO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	994	174.972,70
3º	09529743718	CAROLINA INGLE KERCKOFF	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	948	149.944,40
4º	10493538704	IGOR INGLE KERCKHOFF	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	141.980,00
5º	27275197000209	PROTEINORTE - ALIMENTOS S/A	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	141.980,00
6º	28418499000170	BRUNORO PRODUTOS SELECIONADOS LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	629	109.949,20
7º	07094235780	FABRICIO GUILHERME	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	252	86.889,60
8º	02004754796	ALESSANDRA BERGER	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	600	79.980,00
9º	25230514787	PEDRO VENTURINI	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	400	66.400,00
10º	86147650700	OCTAVIO BICKEL	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	375	64.350,00
Total				7.198	1.191.745,90

Fonte: Dirab/Suope

Resultado financeiro geral

Quadro 4.5 – Demonstrativo Geral das Aquisições e Vendas dos Estoques

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Aquisição	AGF	Sacaria (mil unid)	450,0	429.669,00
Total das Aquisições e Subvenções			450,0	429.669,00
Venda	Venda em Balcão	Milho	11.033,0	4.243.547,97
Subvenção	VEP	Milho	11.487,7	1.428.709,68
Total das Vendas e Subvenção			22.520,7	5.672.257,65
Resultado Geral			22.070,7	5.242.588,65

Fonte: Conab/Suope/Supab

4.3. Principais indicadores de desempenho

Os indicadores relativo as operações de VEP não foram apresentados, tendo em vista que não houveram realizações em anos anteriores.

Quanto a Venda em Balcão vide no quadro a seguir.

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	67,98	90,57	44,39
Análise do Resultado: Excessez de oferta de milho em decorrência de problemas de crescimento de cadastro Portaria Interministerial Nº601 29/06/12			

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Análise sobre os principais resultados do Prohort: número de varejistas cadastrados, número de fornecedores organizados

No estado do Espírito Santo, a CEASA/ES faz parte da integração de informações relativa ao comércio de hortigranjeiros e os preços praticados na CEASA no dia, são repassados diretamente daquele Órgão, para o sistema desenvolvido para tal no site da Conab.

Número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o Prohort é operacionalizado).

O banco de informações da Conab/Prohort sobre a comercialização de produtos nas centrais de abastecimento é composto por quatro base de dados, disponibilizadas no portal do Prohort www.ceasa.gov.br.

- **Preços diários:** preço mais comum de comercialização dos 48 principais produtos comercializados nas ceasas brasileiras, sendo esses atualizados diariamente ou nos dias fortes de comercialização de cada mercado;
- **Preços médios:** utiliza os preços diários dos 48 principais produtos comercializados, apresentados na página principal do portal do Prohort;
- **Siscom:** contém informações sobre a movimentação física e financeira por grupos de produtos hortigranjeiros, cereais e produtos diversos, por meio de gráficos e relatórios;
- **Simab:** contém informações detalhadas referentes à quantidade de produtos ofertados, origem desses produtos e preço médio de comercialização.

Quadro 5.1 - Demonstrativo dos Mercados Hortigranjeiros – Ceasas

UF	Mercados Hortigranjeiros – Ceasas				
	Ceasas Existentes	Integrados ao Banco de Dados	Atualização preços diários e médios	Siscom	Simab
ES	3	1	1	1	1
Total	3	1	1	1	1

Fonte: Dirab/Supab/Gehor

5.2. Principais indicadores de desempenho

Quadro 5.2 - Comercialização realizada nos Mercados Hortigranjeiros

Ceasa	Quantidade Vendida (Kg)		Variação (%)	Valor (R\$)		Variação (%)
	2011	2012		2011	2012	
CEASA-ES - Vitória	508.400,10	498.920,60	-1,86	685.040.073, 74	731.519.681, 13	6,78
Total	508.400,10	498.920,60	-1,86	685.040.073, 74	731.519.681, 13	6,78

Fonte: Site www.ceasa.gov.br

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas

Quantidade física e financeira de produtos de terceiros armazenados pela Conab por produto, por classificação e por Estado da Federação (saldo ao final do exercício)

Na UA-Camburi foram armazenados estoques de terceiros no exercício de 2012 com produtos manufaturados 538 toneladas no valor de R\$ 8.348.442,94 e apenas de bebidas apenas 1 no valor de R\$ 4,30.

Os produtos de terceiros armazenados, principalmente, produtos industrializados/manufaturados tem um giro muito rápido entrando e saindo mercadorias diariamente. Assim, a cobrança é feita pela utilização do m² que atualmente está em R\$ 5,29.

Considerando que não estoque de safra agrícola conseqüentemente, não há processamento de produtos.

Avaliação geral da qualidade dos estoques armazenados

Na Regional do Espírito Santo há no quadro de empregado um Responsável Técnico (Engenheiro Agrônomo) que inspeciona e apresenta para Matriz relatório das Unidades Armazenadoras e do Posto de Classificação, cumprindo um calendário para todo o ano.

Faturamento total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas

Quadro 6.1 – Resultado dos Serviços de Armazenagem

Discriminação	Valor	%
Receita de Serviços	419.536,95	3.182,87
Recebimento de Vendas em Balcão	1.215.550,63	9.221,94
Repasse de Vendas em Balcão	-1.215.550,63	-9.221,94
Vendas PGPM	3.027.566,64	22.969,03
Repasse de Vendas da PGPM	-3.027.566,64	-22.969,03
Receita de Serviços	419.536,95	3.182,87
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-25.215,16	-191,30
=Receita líquida de vendas e serviços	394.321,79	2.991,57
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços		0,00
=Lucro bruto operacional	394.321,79	2.991,57
-Despesas Operacionais	-16.567.006,48	-125.687,78
Despesas de Pessoal	-12.319.084,80	-93.460,36
Despesas Financeiras		0,00
Despesas Comerciais e Administrativas	-4.247.981,68	-32.227,87
Receitas Operacionais Diversas	16.185.925,77	122.796,66
Resultado Não Operacional		0,00
Resultado	13.181,08	100,00

Fonte: Diafi/Sucon

As receitas da SUREG-ES, evidenciadas em seu Demonstrativo de Resultado do Exercício de 2012, referem-se a serviços de armazenagem, estoques próprios e estoques de terceiros, produtos armazenados nas Unidades de Camburi e Colatina/ES.

As vendas em balcão e da PGPM, são repassadas para a Matriz.

As despesas operacionais são elevadas em decorrência, principalmente, do número elevado de empregados lotado nas UA's. Fato este que apresentou um resultado mesmo que positivo mais baixo.

6.2. Classificação de Produtos Agrícolas

Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas

O Posto de Classificação de Vitória localizado na Unidade Armazenadora UA-Camburi em Vitória é credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para classificação de arroz, feijão, milho e soja bem como a classificação e degustação de café.

Na Regional do Espírito Santo já havia no quadro de pessoal, classificadores e equipamentos para classificação de grãos já os equipamentos para classificação e degustação de café foram doados pelo extinto IBC, não havendo portanto investimento específico para montagem do Posto de Classificação.

quantidade física e financeira de produtos classificados por produto e por Estado

Quadro 6.2 – Demonstrativo das Operações no Posto de Classificação de Vitória

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant(t)	Valor (R\$)
Público	Classificação	ES		Ministério Público Estadual	Feijão	2.800 kg	R\$ 0,00
		ES	26.461.699/0437-42	Conab-Agric.Familiar -			
				Poduto Fome Zero	Arroz	55.240 kg	R\$ 0,00
		ES	26.461.699/0360-29	Conab-Estoque Estrategico			
				Venda Milho/Balcão	Milho	11.937,180 kg	R\$ 0,00
		ES	26.461.699/0437-42	Conab-Agric.Familiar -			
				Poduto Fome Zero	Feijão	34.000 kg	R\$ 0,00
		MG		Mercado de Opção	Café	43.574 kg	R\$ 0,00

Fonte: Sureg-ES/Posto de Classificação de Vitória

faturamento total com serviços de classificação

Quadro 6.3 – Faturamento do Posto de Classificação de Vitória

Setor	Área	UF	CNPJ	Razão Social	Produto	Quant(t)	Valor (R\$)
Privado	Classificação	ES	927.752.927-04	Constantino Montoali	Arroz	12.000	R\$ 21,40

Fonte: Sureg-ES/Posto de Classificação de Vitória

demonstração do resultado financeiro das operações de classificação de produtos agrícolas

Os trabalhos de classificação na sua totalidade são para atender aos controles de qualidade dos produtos objeto de compra do Governo Federal. Assim, só quando há interesse de particulares a Conab presta o serviço com a emissão de laudo e certificado oficial de classificação.

6.3- Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Custos dos serviços de armazenagem prestados em relação a receita	2012	2011	2010
Objetivo: Identificar os custos na prestação de serviços, a fim de saber se a tabela Conab está ajustada à realidade local de custos Resultado < que 1 é lucro e > que 1 é prejuízo.	0	0	0
Análise do Resultado: As receitas foram compatíveis com o custo.			

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 7.1 – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
UA- Colatina	2	44.400			44.400	2.744	6,2
UA- Camburi / Vitória	1	41.600			41.600	1.780	4,3
Total	3	86.000	0	0	86.000	4.524	5,3

Fonte: Sicarm

Conforme informado anteriormente, há no Estado um excedente de capacidade estática de armazéns que foram cadastrados pela Conab, totalizando 241 armazéns incluindo o que administramos, 1.398.069 toneladas, distribuídos em 222 armazéns convencionais com capacidade estática de 582.618 toneladas e 19 armazéns graneleiros com capacidade de 815.451 toneladas.

Dessa forma, fica evidente que a concorrência é grande, cabendo a Conab executar as operações institucionais estipuladas pelo Governo Federal.

Quanto a tarifa de armazenagem é compatível com a de mercado pois é feita pesquisa de preços praticada e enviada para Matriz onde é definida a tabela utilizada nacionalmente para todas as Unidades da Conab, bem como aquelas contratadas para tal.

A localização das Unidades são estratégicas, principalmente para atendimento a abastecimento de milho e operações com o café eventualmente

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro 7.2 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Unidade Armazenadora	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
UA Camburi	ARROZ LONGO FINO BENEFICIADO TIPO 2	68.200	102.940,00
UA Camburi	FEIJÃO ANÃO CORES TIPO 2	33.100	48.815,54
Total		101.300	151.755,54

Fonte: Suope/Gefoc

Os estoques de arroz e de feijão depositados na UA Camburi são para composição de cestas alimentícias para distribuição no Programa Fome Zero.

Estes produtos foram objeto de compras em leilão público com repasse de recursos do MDS e após recebimento na Unidade são feitas classificações com base nos padrões de qualidade constante nos avisos de compra.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)

a) Principais problemas

As Unidades administradas pela Conab tanto em Colatina como em Vitória (extinto IBC) pertencem ao SPU/ES cuja transferência, ainda, não foi concretizada.

b) Demanda por manutenção

As demandas são enviadas para Matriz e submetidas ao MAPA que havendo programação orçamentária e financeira estas são executadas.

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Para as Unidades de Colatina e de Vitória, foram realizados serviços de Manutenção e Revisão da parte elétrica nos valores de R\$ 4.930,36 e R\$ 3.000,00 respectivamente.

Quadro 7.3 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
ES	UA Colatina	Manutenção de máquinas / Reforma do chupim e balança	1.800,00				1.800,00
		Aquisição de 14 botoeiras	336,00				336,00
		Aquisição de 32 reatores p/ lâmpada a vapor sódio	1.209,38				1.209,38
		Conserto de 1 paleteira hidráulica	210,00				210,00
		Aquisição de peça de interefe, p/ reposição em computador da balança	130,00				130,00
		Manutenção e conservação de máquinas, revisão do chupim e balança ensacadeira	900,00				900,00
		Aquisição de peças p/ balança ensacadeira	2.702,70				2.702,70
		Aquisição de 25 lâmpadas de sódio alta pressão	439,90				439,90
		Aquisição de lâmpadas	256,00				256,00
		Revisão geral na parte elétrica	4.930,36				4.930,36
		Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria, 1 balança ensacadeira, 1 transportador		42.852,70			42.852,70
		Aquisição de roupeiro de aço		290,00			290,00
	Aquisição de conjunto Hardkey	1.200,00				1.200,00	
	Aferição da balança rodoviária	1.850,00				1.850,00	
	UA Camburi	Reforma da placa da unidade	335,00				335,00
		Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria e 1 ensacadeira		35.411,30			35.411,30
		Aquisição de material elétrico	1.616,90				1.616,90
	Serviço de manutenção elétrica	3.000,00				3.000,00	
Total	2		20.916,24	78.554,00	0,00	0,00	99.470,24
			99.470,24		0,00		

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

Está demonstrado a seguir o plano de investimento, conforme programação da Matriz, sendo que em 2012, 2013 e 2014, as Unidades deste Estado não estão incluídas para reformas.

**CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS
DIAGNÓSTICO PREVISÃO PARA 2015.**

Quadro 7.4 Previsão de Investimento para Certificação no Espírito Santo

CAMBURI – ES		
Capacidade estática: 41.600	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras	Custos	Obrigatoriedades
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	2.000	O4
Sistema de Movimentação de Produto	20.000	O1
TOTAL	67.000	
COLATINA – ES		
Capacidade estática: 44.400	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras	Custos	Obrigatoriedades
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	2.000	O3
Sistema de Movimentação de Produto	20.000	O1
TOTAL	67.000	

Fonte: Gearm

Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

Embora tenhamos uma capacidade estática para armazenamento de café de 582,6 mil toneladas, existem, ainda, armazéns cadastrados particulares e de Cooperativa que atende a demanda para estocagem, sem contar com as exportações no período de produção

Dessa forma, em caso de intervenção por questões de mercado a Conab nos Armazéns estratégicos dão conta do recebimento do produto sem nenhum problema, cuja demanda é de 128,8 % em relação a produção de café que poderá ser armazenado nas Unidades administrada pela Conab.

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

Não realizada, em decorrência da falta de recurso, de controle e da formalização de um novo Convênio da CONAB com o CENTREINAR junto a Universidade de Viçosa.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

Na Regional do Espírito Santo, tem no seu quadro de pessoal composto por 6 (seis) fiscais (Décio da Costa Soares, Gilberto Perini, Henrique Daniel Baptista Lyrio, João Batista da Silva, Anaci Moraes dos Santos e Luiz Arthur Santos Nery da Fonseca, que prestam serviços em nossas Unidades Armazenadoras, conforme calendário anual realizando duas fiscalizações no exercício e quando solicitado pela Matriz, fazem fiscalizações em outros Estados da Federação.

Os resultados das fiscalizações nas Unidades da Conab no Espírito Santo, não se constatou problemas de perdas de qualidade, desvios ou qualquer problema com os estoques públicos,

Salienta-se, que além das fiscalizações normais há necessidade que os mesmos façam acompanhamento de remoções, e fiscalização de seguro rural que é demandado pelo MAPA.

Para melhorar as ações dessa atividade na Companhia, há necessidade de abrir concurso para contratação de técnicos para desempenhar esta atividade em plena forma física.

Saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos

Foi ajuizado pela Matriz, Gerência de Cadastro e Cobrança – GECOB 01 (uma) dívida em nome da CASES – Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Espírito Santo, CNPJ 28.137.800/0004-10, data base 31/08/2003, relativo a 1.205.427 kg de milho em grãos, valor base de R\$ 791.408,22 e saldo devedor em 20/01/2013 de R\$2.738.882,93.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

A demanda feita em 2012 para a remoção de milho para o estado do Espírito Santo chegou a 15 mil toneladas de milho, destinado à venda em Balcão e tendo sido removido até o final de dezembro 6.756.050 kg e pago pelo frete a importância de R\$ 5.077.184,38

Para tanto, em 2012 foram contratadas 04 (quatro) remoções de milho da safra 2008/2009 com origem no Estado do Mato Grosso e destino para o Espírito Santo, sendo três operações para Unidade de Colatina e uma para Unidade de Vitória (UA-Camburi).

Até dezembro de 2012 a situação sobre as remoções eram as seguintes:

- Para UA Colatina pela Transportadora Transul, foram contratadas 6.078.000 kg (Contrato de Opção), com preço de abertura de R\$ 2.252.959,78 e preço de fechamento de R\$ 2.230.000,00, tendo sido removido 4.530.020, representando 75 % do total;
- Para UA Camburi em Vitória pela Transportadora Botuverá, foram contratadas 3.000.000 kg (Contrato de Opção), com preço de abertura de R\$ 1.052.400,00 e preço de fechamento

de R\$ 1.035.000,00, tendo sido removido 2.226.030, representando 74% do total.;

- Para Ua Colatina, também foram contratadas mais duas remoções com estoque da PGPM, sendo 3.495.871 kg com a transportadora Transbras e 2.481.819 pela transportadora Brasil Central, com preço e abertura igual a de fechamento nos valores de R\$ 1.059.796,13 e R\$ 752.388,25 respectivamente.

A definição da metodologia dos valores de frete são elaboradas na Matriz, com base no Regulamento para Contratação de Serviços de Transporte, publicado no D.O.U. em 31/05/2006 que instituiu as condições para contratação de serviços de transporte e sua operacionalização, destinados a atender as atividades finalísticas da Conab, nos termos das Leis n.ºs 8.666, de 21/06/1993 e 10.520, de 17/07/2002.

A Regional do Espírito Santo não tem tido problemas com a falta de atendimento das demandas realizadas.

Os problemas enfrentados pela Regional é que a partir de 2012 em cumprimento a determinações da Diretoria e do CGU, a Regional realizou a contratação de serviços de mão-de-obra (braçagem) para atuar nas Unidades Armazenadoras. No entanto, constatou-se, principalmente, em Colatina, vários entraves proporcionados pelo Sindicato de Movimentação de Mercadorias Geral de Colatina que forçaram a paralisaram inúmeras vezes as operações de descarga do milho pelo fato de que, aquele Sindicato, não pode participar do pregão eletrônico por estar irregular perante ao fisco.

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

Na região de destino este reflexo já vem ocorrendo há muito tempo, pois o Estado do Espírito Santo sempre foi deficitário na produção de milho para atendimento ao consumo. Assim o Governo Federal desde 1985 abastece de milho o Estado seja via pregão através das operações de PEP, PEPRO, VEP, para os grandes criadores e de Venda em Balcão para os pequenos.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	100	100	100
Análise do Resultado: As solicitações são demandas dos Agentes Financeiros para Empréstimo para estocagem de café.			

Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	433,73	468,75	269,38
Análise do Resultado: As variações são decorrentes de inúmeros fatores, dentre eles destacam-se: período de contratação, distancia origem/destino, demanda maior das transportadoras, aumento de combustíveis, aumento de braçagem, etc.			

Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	4,3	6,4	42,8
Análise do Resultado: A Capacidade estática é suficiente para atendimento a programas sociais e em 2010 foi recebido feijão da PGM/doação			

Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	1,48	1,65	2,2
Análise do Resultado: Em 2010 houve grande movimento de produtos importados, já em 2011 e 2012 o movimento foi menor.			

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos e eventuais assistência aos usuários realizado pelo estagiário de informática.

Nos últimos anos está havendo uma renovação dos equipamentos de informática, de modo que os empregados que necessitam no seu dia a dia de equipamentos estão sendo atendidos a contento.

Salienta-se, ainda, que as Unidades Armazenadoras de Vitória UA-Camburi e de Colatina Ua-Colatina, estão ligadas ao servidor na Matriz da mesma forma que a Regional.

Há necessidade urgente de melhorar o parque de equipamentos das UA's e na Regional é também, imprescindível, a contratação e/ou transferência da Matriz, de um profissional em TI para dar suporte ao Servidor tanto na parte Hardware como na de Software.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

Para o Estado do Espírito Santo está em execução a Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora, conforme citado no **item 2 estratégia de atuação da Empresa**.

Outro projeto que encontra-se em andamento, trata-se da Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários, cujo trabalhos estão em fase de implantação.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

10.1. Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil

Principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas

No estado do Espírito Santo não foram executados trabalhos de mapeamento para inserção do Projeto SigaBrasil.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

O Projeto SigaBrasil não possui um orçamento específico. A maior parte dos trabalhos é executada pelos técnicos da Conab (auxiliados por consultores do PNUD), com os recursos da Companhia, vinculados ao Projeto Geosafra.

Principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas

Vide item 12.

Demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa

Todos os custos do Programa são realizados na Matriz através da Ação Pesquisa, acompanhamento e avaliação de safras; e ainda, na Ação Administração da Unidade, no que se refere aos consultores contratados do PNUD.

Principais resultados no custos e estoques de produtos agrícolas

No estado do Espírito Santo em 2012 foram levantados ao longo do ano os preços dos insumos que compõe os custos de produção de frango de corte, de suínos, de café conilon irrigado de Pinheiros/ES, café conilon de São Gabriel da Palha/ES, de café arábica de Venda Nova do Imigrante/ES e de borracha.

Estes valores são lançados mensalmente no sistema da CONAB SIAGRO e enviado para a Gerência de Custo de Produção GECUP e para EMBRAPA, no caso de aves e suínos.

Foi levantado através de aplicação de questionário para os armazéns e indústrias cadastradas o estoque privado de café, cujo resultado em 2012 relativos a 2011, foram os seguintes: 423 mil sacas de café arábica e 479 mil sacas de café conilon.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Apresentar estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados.

A alocação dos empregados já vem de longa data, com servidores prestando serviços baseados em sua experiência profissional, principalmente, com os conhecimentos no seu setor de atuação, já que os rodízios são raros e só acontecem em função de aumento das demandas, afastamento por doenças, dentre outros.

Atualmente, a Regional do Espírito Santo possui 35 (trinta e cinco) empregados cedidos a Órgãos Públicos Federais e vem na medida de suas demandas, requerendo o retorno destes servidores.

Quanto aos concursados, os mesmos estão atuando nas áreas específicas em que passaram nos exames. No momento a Regional possui apenas 3 (três) ingresso de concursos nos últimos dez anos. Os últimos concursos em 2012 foram destinados apenas para a Matriz, estamos no aguardo de que a partir de 2013 se estenda para as regionais.

11.2. Comunicação na Instituição

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição

Público interno

A comunicação interna é obtida através de rede de informática pelos servidores ligados junto a Matriz onde os empregados tem acesso nas suas áreas de atuação e via site da Companhia pela INTRANET, onde há acesso a sistemas específicos das áreas de atuação e de informações atualizadas de assuntos e acontecimentos a nível nacional.

Salienta-se, ainda, que pela INTRANET o empregado fica a par de normas, procedimentos, obrigações e direitos em todas as áreas da Companhia.

Público externo

Para o público externo, a Companhia por intermédio do site www.conab.gov.br dá acesso as informações relativas a todas as atividades desenvolvidas bem como, a transparência administrativa, com atualização diária das informações.

Nota-se, ainda a disponibilidade para o público externo de normas e exigências para as operações disponibilizadas pela Companhia, além, dos resultados operacionais tais como avisos de leilões de venda, de compra, de transporte, e seus respectivos resultados.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

Em face da Regional possuir um clima organizacional muito positivo e ambiente de trabalho em condições bem satisfatórias, não teve estratégia para sua melhoria apenas, reuniões, palestras, bem como, diálogos constantes entre gestores e subordinados.

Para o próximo exercício, a CONAB está implantando avaliação de desempenho, visando atender os normativos bem como, no intuito de melhorar o seu clima organizacional.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

Apresentar a estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

Quadro 11.1 Capacitação dos Empregados da SUREG-ES

CAPACITAÇÃO	Nº DE TREINANDOS	HOMENS/HORAS
Administrativa	118	307:00:00
Auditoria	6	162:00:00
Comunicação Social	34	350:00:00
Educação e Desenvolvimento	2	420:00:00
Financeira	8	216:00:00
Jurídica	5	108:00:00
Operacional	1	16:00:00
Planejamento	8	195:50:00
TOTAL	182	1.774:50:00

Fonte: Sudep/Gecap

Conforme apresentado no quadro acima, a Regional capacitou 182 empregados em várias atividades desenvolvidas pela Companhia.

Periodicamente a Superintendência de Desenvolvimento de Pessoas, realiza levantamentos das necessidades de treinamento – LTN a nível nacional, com o planejamento de treinamento para dois anos, estando neste momento sendo realizado os treinamentos do período 2012/2013.

Assim, a previsão inicial para 2012/2013 para 139 treinamentos, foi realizado 182 sendo ultrapassado a meta em 76%.

No entanto, este número poderia ser maior caso não houvesse falta de orçamento.

Quanto a menor aprendiz, projeto graduar está previsto para ser iniciado no exercício de 2013.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11.2 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	136	1	1
1.1. Cargos de Carreira	-	136	1	1
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há	3		
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		139	1	1

Fonte: Digep/Sugep

Nos últimos anos não tem havido alterações no quadro de cargos efetivos, sendo que em 2012 foi incorporado pela Lei da anistia 01(um) empregado e por motivo de falecimento houve uma baixa.

Quanto a pensão vitalícia trata-se de decisão judicial ocorrida a aproximadamente 3 anos.

Quadro 11.3 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	35
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	2
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	33
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1 Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Invalidez temporária	1
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	3
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	39

Fonte: Dige/Sugep

Embora tenhamos 35 empregados cedidos, a medida em que necessitamos dos serviços por aumento de demanda das atividades desenvolvidas na Regional, os empregados estão retornando. Entretanto, encontramos muita dificuldade de enquadramento, haja vista que a maioria dos cargos não são compatíveis com as tarefas a serem desenvolvidas, podendo gerar desvio de função.

Quadro 11.4 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	14	1	1
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		14	1	1
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	14	1	1

Fonte: Dige/Sugep

A grande maioria dos cargos em comissão e funções gratificadas são exercidas por empregados com curso superior, larga experiência profissional, com tempo de serviço de mais de 20 anos.

Quadro 11.5 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	1	0	15	86	18
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1		15	86	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	2	3	10	1
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas	1	2	3	10	1
3. Totais (1+2)	2	2	18	96	19

Fonte: Dige/Sugep

Apesar da idade avançada de boa parte dos empregados, com 83 % na faixa etária de 51 a 60 anos e com 19 empregados acima dos 60, toda essa força de trabalho vem produzindo satisfatoriamente.

A maior dificuldade é a realização de treinamento, haja vista as dificuldades normais de aprendizado, em consequência do grau de instrução, principalmente, na área de tecnologia da informação.

Quadro 11.6 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	17	8	6	14	4	51	0	13	7	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira		17	8	6	14	4	51		13	7				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	1	0	6	0	0	8	1	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira					1		6			8	1			
2.2. Contrato Especial (Diretor , Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	0	17	8	6	15	4	57	0	13	15	1	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Dige/Sugep

Conforme já mencionado anteriormente, embora 79 % dos empregados da Regional tem o 2º grau completo, a experiência pelos anos de trabalho e pelos serviços executados, sem haver rodízio, permite desenvolver naturalmente as atividades da companhia.

Quanto ao risco de desvio de função a administração fica atenta quanto a distribuição de cargos, aliado, ainda, que o novo plano de cargos e salários permitiu a migração do plano anterior passando alguns cargos como por exemplo serviços gerais, para área administrativa, assim evitando o desvio de função.

Quadro 11.7 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	5	5	5	5	39.974,61
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	5	5	5	5	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	5	5	5	5	39.974,61

Fonte: Dige/Sumoc

Na Regional do Espírito Santo os estagiários há 5 estagiários, sendo dois com formação em direito servindo na PRORE, um com formação em Ciência da Computação na área de informática, um com formação em jornalismo na área de comunicação e por último um lotado na UA- Colatina com formação em administração. Todos são contratados via CIEE – Centro Integrado Escola Empresa.

Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.8– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	4.935.944,31	-	-	-	40.312,50	842.598,54	-	141.847,60	-	5.960.702,95
	2011	5.570.803,47	-	-	-	104.995,50	860.102,30	-	19.005,18	-	6.554.906,45
	2012	6.894.954,62	-	-	-	134.510,00	963.300,66	-	187.625,36	-	8.180.390,64
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	1.742.350,43	-	-	-	-	358.414,92	-	36.774,80	-	2.137.540,15
	2011	1.823.837,85	-	-	-	-	358.908,35	-	9.612,99	-	2.192.359,19
	2012	2.082.791,42	-	-	-	-	394.992,28	-	54.448,74	-	2.532.232,44
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	1.717.042,03	-	627.014,11	-	31.967,00	204.822,70	-	125.659,05	-	2.706.504,89
	2011	2.178.153,08	-	705.544,44	-	23.704,00	226.105,10	-	-	-	3.133.506,62
	2012	2.092.300,51	-	813.499,20	-	6.187,50	219.019,93	-	65.556,27	-	3.196.563,41
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	12.240,00	12.240,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	13.060,00	13.060,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	14.928,00	14.928,00

Fonte: Digeop/Sugep

Observação: O quadro de custos não somam os encargos sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae, etc.).

Dessa forma os Encargos Sociais para o Espírito Santo ficaram assim distribuídos, conforme quadro a seguir:

Quadro 11.9 Encargos Sociais da Regional do Espírito Santo

Especificação	2010	2011	2012
Empregados Cedidos	375.251,94	386.491,45	450.748,19
Demais Empregados	1.857.805,62	2.213.809,70	2.529.459,60
Total	2.233.057,56	2.600.301,15	2.980.207,79

Fonte: Sugep/ Sutim e Sistema Senior

A evolução dos custos com pessoal deve-se, principalmente, em razão dos aumentos do dicídios coletivos, lembrando que em 2010 e 2011 estes foram bianuais.

Salienta-se que estão inclusos nas rubricas remuneratórias e benefícios/vantagens o seguinte:

- Vencimentos e vantagens: Proventos fixos;
- Gratificações: Função gratificadas/Jetons;
- Adicionais: Adc insalubridade, periculosidade e adicional de transferência;
- Indenizações: Diárias;
- Benefícios: Auxílio Alimentação, Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT,

Assistência Pré-Escolar, Auxílio Escola, Vale – Transporte, Salário Família, Auxílio aos Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais e Auxílio Funeral;

- Despesas Exercícios Anteriores: ACT 2010/2011;
- Decisões Judiciais: Pensões Vitalícias.

O custo com empregados cedidos em relação ao total é de 24 %, já os empregados que ocupam cargos comissionados representa 30 %.

Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 11.10 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135458 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0376-96					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2012	V	O	005/2012	25.183.468/0003-51	31/01/12	30/01/13	-	0	-	16	-	-	A	-	16

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Conab/ Sureg-ES

Os serviços contratados são para vigilância das Unidades Armazenadoras administradas pela Conab em Vitória UA- Camburi e em Colatina UA- Colatina.

Quadro 11.11 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Espírito Santo													
UG/Gestão:135.458							CNPJ:26.461.699/0376-96						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	o	028/12	13.427.348/0001-01	14/08/12	13/08/13	10	10					A
2012	12	o	029/12	13.560.902/0001-24	17/08/12	16/08/13	20	20					A

Observações: Outras Braçagista

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras

Fonte: Conab/Sureg-ES

Contratação de mão-de-obra (12 Outras-braçagem), para atuarem nas Unidades Armazenadoras de Colatina e de Vitória, conforme determinação do CGU e da Direção da Companhia.

Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, regime geral da previdência, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

Para a Regional do Espírito Santo foi registrado no Sistema de Apreciação e Registro de Atos e Concessões – SISAC, 01 (uma) demissão por motivo de falecimento.

Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo portanto, idade limite para desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividades.

Quanto a recomposição de pessoal está previsto para 2013 um estudo para implantação do plano de desligamento voluntário para todos os empregados da Companhia.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	99,28	65,71	94,16
Análise: A Sureg-es inicia os exames para todos empregados ao mesmotempo no mês de junho para maior controle. Em 2011, nem todos finalizarão os exames no tempo requerido.			

Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: Não houve			

Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	8,63	8,57	7,76
Análise: Índice muito baixo havendo necessidade da Matriz realizar contratação de empregados de nível superior.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Informações sobre as providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93.

Na Regional do estado do Espírito Santo não há acúmulo de cargos como determina a Lei.

Objetivando se precaver de eventuais situações foi expedido uma circular para todos os empregados da Regional do Espírito Santo para que houvesse manifestação do empregado nestes casos.

Por fim, não houve denúncias a respeito do assunto para que a área jurídica adotasse as providências cabíveis para o caso.

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ (UG135100) e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

Na Regional do Espírito Santo há 43 participantes ativos que contribuiu com R\$389.490,89 em 2012, correspondendo a 2,57 % do total nacional.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

Quanto a contribuição da Patrocinadora CONAB, da mesma forma, recolheu para 43 participantes ativos o valor de R\$ 387.924,07, correspondendo a 2,56 % do total nacional.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

Foram pagos para os 16 Participantes Assistidos no Estado do Espírito Santo o valor de R\$291.704,14 em 2012, correspondendo a 1,28% do total nacional.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

Quadro 12.1 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido			10.000.000,00	3.443.098,38
		011F	2829 - Recuperação Rede Própria	Unid Modernizada	4	2	92.153,26	99.470,24
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	45	67	20.000,00	11.996,25
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	25	8	10.000,00	17.447,08
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada			15.000,00	8.635,59
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib			0,00	3.570,27
		02FE	10HG - Estudo das Perdas	Estudo realizado				
2069 (MDS)	0613	02DY	20TB - Abast Móvel Fluvial	Unid instalada				
2012 (MDA)	0411	01BB	20GI - Formação Estoques AF	Prod Adquirido				
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.500.000,00	3.475.960,06
			0110 - Previdência Privada	Não tem	Não tem	Não tem		
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	1.400.000,00	1.198.373,41
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	430	423	1.420.000,00	1.410.852,64
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef				
			2010 - Assistência Pré-Escolar	Criança atendida				
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	105	118	90.000,00	86.011,07
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	135	135	820.000,00	818.135,87
4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	190	182	30.000,00	23.481,66			
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	002F - Cumprimento de Débitos	Não tem	Não tem	Não tem		
			0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem		
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	93.000,00	92.627,47

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

A Ação 2130 Formação de estoque a meta realizada foi inferior devido a contingenciamento orçamentário.

A Ação 2829 Recuperação de Rede Própria, refere-se a compra de equipamentos para as Unidades visando a melhora no atendimento e serviços executados, conforme já demonstrado no quadro 7.4.

Ação 2137 Fiscalização dos estoques a meta prevista de 45, foi realizado 67 superior 49 % e uma previsão financeira de R\$ 20.000,00 utilizou-se R\$ 11.996,25, em decorrência de maximização das atividades e conseqüentemente reduzindo os gastos com locação de veículo e diárias.

Ação 4702 Cadastramento de armazéns, embora tenha previsto uma meta de 25 apenas 8 foram realizadas em virtude da demanda dos armazenadores que procuram crédito para financiamento de estoque de café neste Estado. Quanto a previsão financeira de R\$ 10.000,00 e realizado R\$ 17.447,08 deve-se a viagens do fiscal lotado nesta Regional para realização de cadastramento em outros Estados da Federação.

Ação 4711 Pesquisa de safras, embora não tendo sido feito convênio com o MAPA para o levantamento de safra de cana-de-açúcar (não consta meta prevista e realizada), mesmo assim estas foram realizadas Metas Financeiras pela Regional do Espírito Santo, tendo sido feito três levantamentos em 2012, com previsão orçamentária de R\$ 15.000,00 e gasto R\$ 8.635,27.

Os resultados obtidos nos levantamentos de safra de grãos e de cana-de-açúcar estão a seguir discriminados:

Safra de grãos:

Arroz safra 2011/2012: área de produção de 1.000 hectares e produção de 64.300 toneladas. Para safra 2012/2013 espera-se mesma área plantada de 1.000 hectares e uma produção esperada de 52.000 toneladas, queda de 19,1 %. Como é uma produção de subsistência ano a ano se produz menos.

Feijão 1ª e 2ª safras 2011/2012: 18.300 hectares plantados e produção de 14.700 toneladas. Para a safra 2012/2013 espera-se um plantio de 17.800 hectares com uma produção de 15.700 toneladas, prevê-se um acréscimo de 6,8 %, caso as condições climáticas sejam favoráveis. Da mesma forma esta cultura é de subsistência.

Milho safra 2011/2012: área plantada de 31.500 hectares e produção de 76.500 toneladas. Para a safra 2012/2013 espera-se um plantio de 24.300 hectares e produção de 59.500 toneladas, queda de 22 %. Da mesma forma, a produção de milho no estado é de subsistência.

Safra de Cana-de-açúcar:

Cana-de-açúcar safra 2011/2012: área em produção de 66.930 hectares e produção de 4.003.820 toneladas. Para a safra 2012/2013, espera-se uma área em produção de 62.110 hectares e produção de 3.563.300 toneladas, inferior em 11 % em relação a safra passada. Deste total prevê-se a produção de 141.900 toneladas de açúcar, 180.460.000 litros de etanol.

Ação 8579 Geração de Informações, embora não conste na meta física prevista e realizada e na meta financeira prevista, foi realizado pela Regional com autorização da DIPAI/SUINF, uma pesquisa nas regiões produtoras dos produtos amparados pelo PGPAF, para identificar produtores com objetivo de montar um cadastro de informantes de preços agrícolas para lançamento semanal no SIAGRO. Dessa forma, foram gastos com locação de veículo e diárias R\$ 3.570,27.

As demais ações constante do quadro acima, não tiveram disparidades em relação entre as metas previstas e realizadas, de forma que atingiu-se os objetivos traçados.

Indicadores de desempenho institucionais

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3,4,5,6 e 7.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Considerando que as metas físicas e financeiras são traçadas na Matriz bem como os convênios firmados com o MAPA, cabe a Regional executá-las na medida em que elas são demandadas pela Regional junto a Direção da Companhia e há liberação para tal.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro 12.2 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2014 (MAPA)	20QU - Fiscalização Seguro Rural	8.977,02
2105 (MAPA)	2000 - Adm Unidade (safra café)	8.585,47
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	201.806,21
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	8.524.876,52
	2802 - Oper Aquisição alimentos	171.368,68
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	659,96
Total		8.916.273,86

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Fiscalização do Seguro Rural Programa nº 2014 - MAPA

Termo de Cooperação entre a Conab e a Secretaria de Política Agrícola do MAPA para a fiscalização das apólices de Seguro Rural.

As ações de Seguro Rural desempenhados pelos fiscais da Regional durante o exercício de 2012 foram 6 (seis) fiscalizações e gasto R\$ 8.977,02 com despesas de diárias e locação de veículo.

As fiscalizações foram realizadas no Espírito Santo e no estado do Rio de Janeiro.

Levantamento da Safra de Café – Programa 2105

Termo de Cooperação entre a Conab e o MAPA para levantamento da safra de Café 2012/2013.

Como resultado desse trabalho verifica-se que a produção de safra cafeeira de 2012/2013 no Espírito Santo correspondeu a 12.502 milhões de sacas. Desse quantitativo, 2.789 (22,31%) milhões de sacas serão de café arábica e 9.713 (77,69%) milhões de sacas de café conilon. Esse

total é oriundo de um parque cafeeiro em produção de 450.128 hectares. A pesquisa indica uma produtividade média de 16,40 sacas por hectare para o arábica e 34,68 sacas por hectare para o café conilon, resultado em uma produtividade estadual, ponderando café arábica e conilon de 27,77 sacas por hectare.

Fazendo um paralelo entre a produção de 2011/2012 e 2012/2013, verifica-se acréscimo de 8,03 % na produção geral do Espírito Santo. Houve decréscimo de 10,40% para o café arábica e acréscimo de 14,35% para o café conilon. O decréscimo de produção para o arábica, mesmo em um ano de previsão de safra alta em todo o Brasil deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores climáticos: déficit hídrico, atraso de chuvas e baixas temperaturas com “frentes frias” e baixa insolação, principalmente nos períodos da floração, fertilização, pegamento e enchimento de frutos.

O acréscimo na produção e produtividade do café conilon deve-se, sobretudo, a renovação e revigoramento do parque cafeeiro capixaba utilizando novas bases tecnológicas.

Registra-se que as lavouras apresentam capacidade de responder ainda mais à produção. Para tal, há ainda, necessidade de melhoria dos preços, uma vez que, os produtores necessitam de recuperação de suas capacidades de investimentos. As lavouras têm sido renovadas com variedades superiores e outras tecnologias associadas, que com certeza poderão contribuir para aumentar de forma significativa a produção e melhoria da qualidade final do produto do café no Estado do Espírito Santo. A falta de mão de obra, sobretudo para a colheita, pode ser um fator negativo para expansão da produção dos cafés capixaba.

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_12_20_16_01_51_boletimcafe_dezembro_2012.pdf

Para o levantamento da lavoura cafeeira, o uso do Geosafra- café, teve em 2008 a utilização de imagens aereofotogramétricas produzidas pelo IEMA e disponibilizada para a Conab. Assim, encontra-se em estudo na GEOTE – Gerência de Geotecnologia as imagens das áreas de café no Espírito Santo. Atualmente, o IEMA está atualizando estas informações que deverá ficar pronto no final de 2013.

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas – Ação 6440

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

Viabiliza a embalagem e transporte para a distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana em todo o território nacional.

No estado do Espírito Santo as ações direcionadas para a Comunidade de Terreiro, distribuiu cesta alimentícia a 300 famílias, correspondendo a 1.500 atendimentos com a entrega de 36.598 kg de alimentos.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 12.3 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	63.353,62	185,85	63.167,77	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.365.454,44	157.276,27	1.208.178,17	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Os restos a pagar processados, representam ao montante das despesas de vales alimentação e locação de veículos, do qual as notas fiscais emitidas em dezembro/2011, tinham como prazo de vencimento em janeiro de 2012.

Os restos a pagar não processados, foram inscritos para atender a determinação da Matriz, que licitou serviços de transporte de carga, remoção de milho do programa venda balcão, que teve como marco inicial da operação realizada em 2011, se estendendo para o ano seguinte. Os pagamentos foram realizados a medida que os serviços iam sendo executados no decorrer da operação.

12.3. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág 75

12.4. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros.

Quadro 12.4 – Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
ESPIRITO SANTO	4	4	Um dos imóveis de Vitória está cedido à SEAP/ES, por tempo indeterminado.
Vitória	3	3	
Colatina	1	1	
Subtotal Brasil	4	4	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	4	4	

Fonte: Diafi/Supad

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 13.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Há necessidade de no futuro elaborar uma fórmula de mensuração de riscos para melhoria na tomada de decisão.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Sureg-ES

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Informamos que até ao final do exercício de 2012 não houve deliberação por parte do TCU/CGU, para que a Regional adotasse quaisquer providências.

13.3. Auditoria Interna

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad nº 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art. 15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

Competências Regimentais e Estrutura Organizacional

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

- I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;
- II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;
- III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;
- IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;
- V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;
- VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;
- VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;
- VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;
- X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;
- XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

Estrutura de Recursos Humanos da Audin

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores

e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

Manual de Auditoria interna – MAI

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

Sistema de Auditoria Interna – Siaudi

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho inter-institucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAINT, inclusive.

Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin

Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

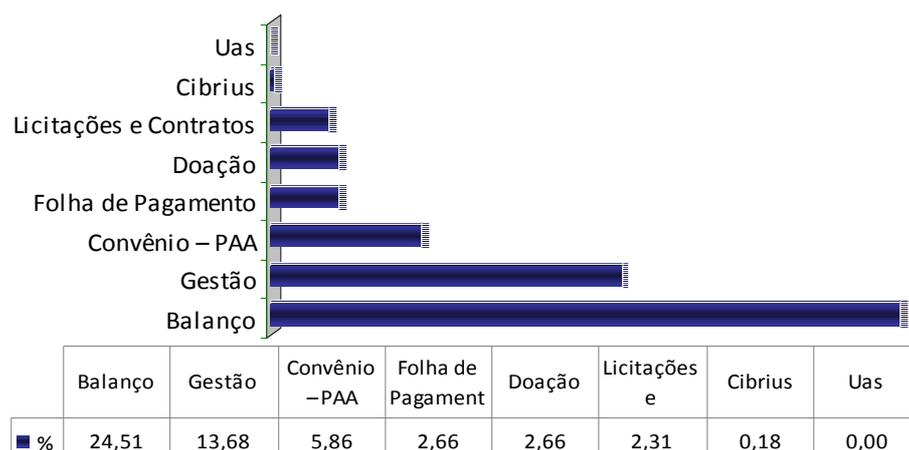
Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solução. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Gráfico 1

Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada,

assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

Quadro 13.2 – Descrição das Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> • Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados; • Falhas na execução das atividades; • Falhas na documentação e instrução de processos; • Outras.
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de normas internas; • Descumprimento de leis, normas ou regulamentos; • Outras.
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências de qualificação e capacitação; • Estrutura Organizacional • Outras.
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência ou deficiência de sistemas; • Infraestrutura (equipamentos); • Outras.
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> • Operacional; • Administrativa.

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo

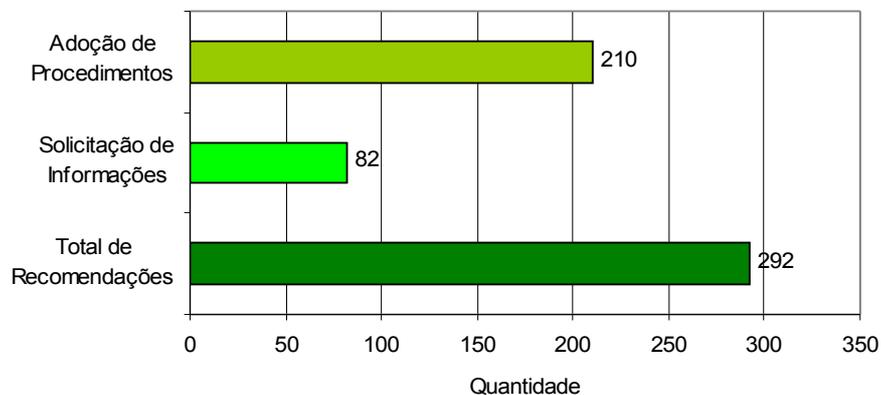


Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria

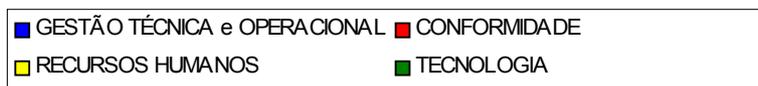
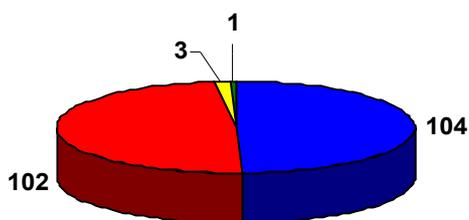
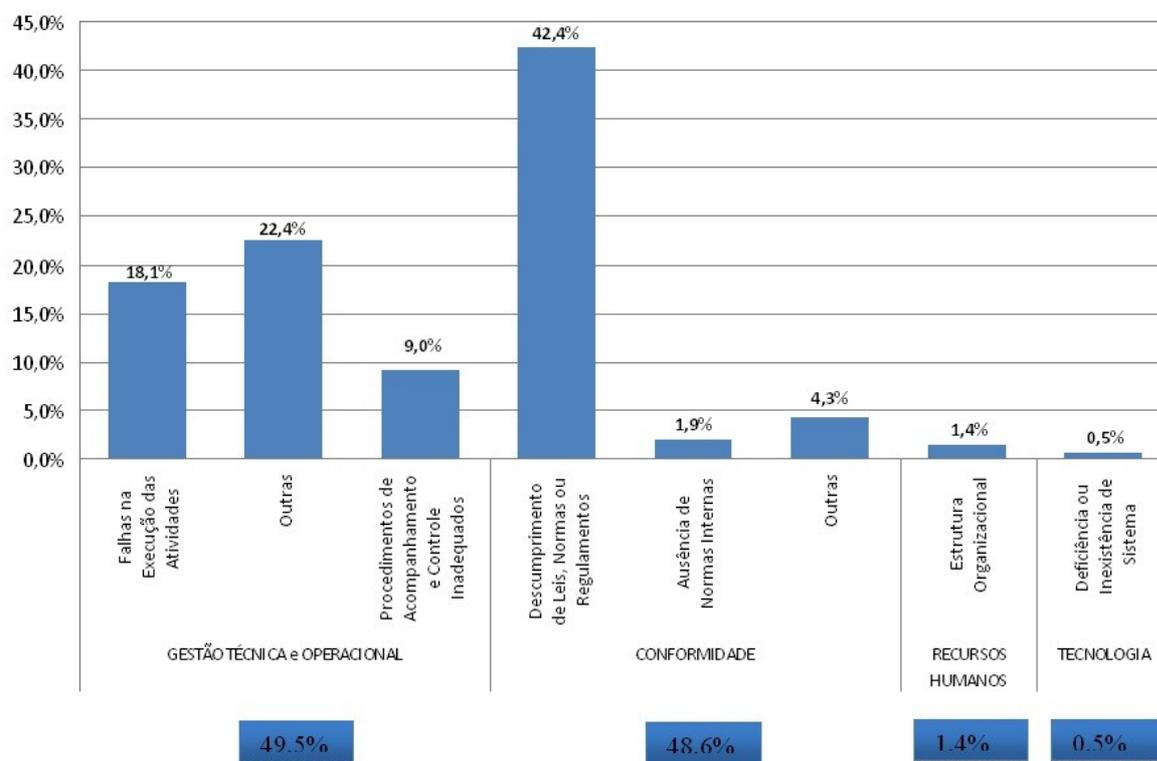


Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias



Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Espírito Santo, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da qualificação de servidores e da faixa etária elevada, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 31 de maio de 2013.

ANEXO I
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Quadro 12.5 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Contribuições	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67

Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.6 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.7 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97

RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.8 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.9 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Dirrtor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e

privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei n.º 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU n.º 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA n.º 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros

arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Em R\$ mil

Descrição	Exercício
-----------	-----------

	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da

conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução N° 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53